

## É CORRETA A IMPOSIÇÃO DE MÃOS POR PARTE DE CRISTÃOS LEIGOS?

---



*“E disse-lhes [Jesus]: Ide por todo o mundo, e pregai o evangelho a toda criatura. Quem crer e for batizado será salvo, mas quem não crer será condenado. **E estes sinais acompanharão os que crerem:** em meu nome expulsarão demônios, falarão novas línguas, pegarão em serpentes, e se beberem alguma coisa mortífera não lhes fará mal algum; **imporão as mãos aos enfermos, e estes serão curados.**”* (Marcos 16.15-18 – Almeida Século 21)

Ao escrever a Carta aos Hebreus, o autor da epístola faz menção dos aspectos elementares do ensino sobre Cristo. Ele cita princípios, conceitos

básicos, fundamentos e doutrinas que nortearam o ministério messiânico do Senhor Jesus Cristo. Os fundamentos citados pelo autor de Hebreus foram *“arrepentimento de obras mortas e a fé em Deus”* (cf. Hebreus 6.1). Em relação às doutrinas ele menciona *“batismos, **imposição de mãos**, ressurreição dos mortos e juízo eterno”* (cf. Hebreus 6.2).

Sobre a imposição de mãos, há duas principais opiniões teológicas: a primeira é que a imposição de mãos confere, por transmissão, bênçãos ou maldições para as pessoas sobre as quais as mãos são impostas. A segunda opinião é que a imposição de mãos é simplesmente um “rito” que confirma para os presentes que aquela pessoa, sobre a qual as mãos são impostas, detém a partir daquele momento autoridade ou comissão para realizar alguma tarefa específica.

A imposição de mãos era um hábito sagrado, transmitido aos cristãos pelos judeus, e usado no Antigo Testamento para outorgar bênçãos (cf. Gênesis 48.13-20), para transferir a culpa do pecador para o sacrifício (cf. Levítico 1.4) e para comissionar uma pessoa a nova responsabilidade (cf. Números 27.23). No período do Novo Testamento, a imposição de mãos era praticada na cura (cf. Marcos 1.41; Atos 28.8), no ato de abençoar (cf. Marcos 10.16), na ordenação ou comissionamento (cf. Atos 6.6; 13.3; 1Timóteo 5.22) e na outorga de dons espirituais (cf. Atos 8.17; 19.6; 1Timóteo 4.14; 2Timóteo 1.6).

A prática de impor as mãos sobre a cabeça de uma pessoa quando se invocava sobre ela uma bênção era comum entre os hebreus. A bênção seria então transmitida por Deus à pessoa sobre a qual as mãos eram impostas por alguém que detivesse autoridade para isso, como um pai de família, ou sacerdote. As mãos não transferiam algo invisível, como uma corrente magnética, mas o gesto de impor as mãos era uma expressão visível do desejo por parte de quem o fazia de que Deus concedesse determinada coisa à pessoa sobre quem impunha as mãos. Era um gesto simbólico, apenas. Em seu ensino, o Senhor Jesus deixa claro que, em última análise, Ele era o responsável pela ação desejada na

imposição de mãos pelos cristãos, pois Seu precioso nome é que deveria ser invocado na prática (cf. João 14.13-14; 15.16; 16.23-26). A imposição de mãos é um gesto de intercessão e não um meio de transferir poder. Assim, aquele que impunha as mãos era simplesmente um canal pelo qual as bênçãos do Senhor fluíam sobre outrem. Nos dias atuais a maioria das igrejas evangélicas continua a fazer uso da imposição de mãos sobre as pessoas – seja para a cura de enfermidades, seja para consagração e ordenação de ministros eclesiásticos. Em algumas denominações, porém, com o passar do tempo a prática começou a ser negligenciada (ou desacreditada).

As circunstâncias e a forma como a imposição de mãos é aplicada nas igrejas varia dependendo da denominação que a pratica. Mas em geral, há sempre controvérsias sobre quem está habilitado a impor as mãos sobre outras pessoas. Uma das polêmicas levantadas quando esse assunto é tratado, tem a ver com a seguinte questão: **é correta a imposição de mãos por parte de cristãos leigos<sup>1</sup>**? O que a Bíblia ensina a esse respeito? Vejamos:

Na narrativa que Marcos faz do Evangelho, Jesus afirma que a imposição de mãos – nesse caso em favor da cura de enfermos – seria um dos sinais que futuramente acompanhariam “*os que cressem*” (cf. Marcos 16.17) nEle, reconhecendo-O como o Messias prometido por Deus. Esse ato de fé se daria por meio da pregação do Evangelho através dos apóstolos (cf. João 17.20; Marcos 16.15). Para facilitar a compreensão desse raciocínio, vale dizer que a ordem de Jesus era para os apóstolos irem por todo o mundo, pregando o Evangelho a toda criatura (cf. Marcos 16.15). As “criaturas” que cressem nas palavras dos apóstolos a respeito de Jesus (cf. João 17.20) seriam salvas, batizadas (cf. Marcos 16.16) e, a partir daí, seriam acompanhadas por alguns sinais, dentre eles, a capacidade de impor as mãos sobre os enfermos e, em nome de Jesus, vê-los curados (cf. Marcos 16.17-18).

Alguns pensadores contemporâneos, de teologia mais conservadora, não entendem dessa forma. Por exemplo: Para o escritor evangélico John Fullerton MacArthur Jr., “*os sinais foram prometidos à comunidade apostólica (cf Mateus 10.1; 2Coríntios 12.2), não a todos os crentes de todas as épocas. Todos os sinais (com exceção de beber veneno) foram experimentados por alguns dentro da igreja apostólica, e relatados na Escritura (cf. Atos 28.5), mas não depois (cf. Marcos 16.20)*”<sup>2</sup>.

A forma como John MacArthur interpretou a narrativa de Marcos se mostrou, por causa do conservadorismo teológico, muito rasa em seus conceitos e pouco exegética. MacArthur ignorou um princípio muito importante: a boa teologia não é construída em cima de afirmações hipotéticas ou em convicções subjetivas. A boa teologia é fundamentada na história, da forma como ela de fato ocorreu nas Sagradas Escrituras (cf. 1João 1.3).

<sup>1</sup> **Leigo**, do grego λαός (*laós*), o vocábulo significa, literalmente, “povo”. No contexto eclesiástico, o termo faz alusão aos cristãos que não fazem parte do clero, ou seja, não são ordenados nem fazem parte da hierarquia eclesiástica, mas participam ativamente de atividades ligadas à Igreja.

<sup>2</sup> MACARTHUR JR., John Fullerton. *Bíblia de estudo MacArthur*. Trad. Arno Bessel, Clarice Tammerik Inácio da Silva e outros. Barueri: SBB, 2010. 1314 p.

Nas palavras de Jesus não há nenhuma descrição de que, os “sinais”, acompanhariam somente os nomeados como apóstolos ou líderes devidamente ordenados e separados. Isso nos leva a entender que todo crente, realmente salvo por Jesus, está habilitado a ter a companhia desses “sinais”. Para corroborar essa afirmação podemos citar o episódio onde um discípulo comum, chamado Ananias, é convocado por Jesus para impor as mãos sobre Saulo – que estava cego – para que este recuperasse a visão (cf. Atos 9.10-18). Para o pastor e teólogo alemão Adolf Pohl os “sinais” elencados por Jesus “*não estão vinculados a cargos, mas em primeiro lugar à fé que deixa Deus ser Deus (cf. Marcos 5.36; 9.23; 11.22s). Em segundo lugar eles fazem parte do contexto missionário, pois o fato de eles ‘acompanharem’ pressupõe que os discípulos estão a caminho para difundir o evangelho*”<sup>3</sup>.

Muitas doutrinas que fundamentam diversas igrejas evangélicas há gerações, são lógicas, carregadas de boas intenções, mas sem respaldo bíblico consistente<sup>4</sup>. O pastor, escritor e articulista Ciro Sanches Zibordi, costuma dizer que “*nossa fonte de autoridade primacial é a Bíblia, e não a tradição. As Escrituras interpretam as Escrituras. A tradição e a própria teologia são úteis ao lado da Escritura, e não sobre ela.*”. Ele tem razão. Na tentativa de se resguardarem de falsos cristãos, muitas igrejas, ao longo da história, vêm restringindo a prática de alguns ofícios por parte de cristãos leigos, delegando-os apenas aos pastores e ministros consagrados. Ao fazerem isso, essas comunidades se esquecem de que, a Igreja de Cristo, tem no seu cerne a mutualidade e não a hierarquia. Os líderes eclesiásticos não estão “acima” dos demais membros de sua comunidade, mas “à frente” deles, como guias e facilitadores no caminho<sup>5</sup> e não como monarcas sacrossantos da Igreja do Senhor Jesus Cristo.

Infelizmente, grande parte das igrejas evangélicas não tem preparo – e muito menos maturidade – para discutir determinadas questões que envolvam a tradição da denominação, em contraposição aos princípios bíblicos elencados na Palavra de Deus. O ideal seria se as igrejas, mesmo sabendo que não é imperativo ou restritivo aos líderes, imporem as mãos sobre os enfermos, deixassem – na medida do possível – determinados ofícios como esse a cargo dos ministros ordenados. Mas não por causa de uma doutrina eclesiástica desprovida de base bíblica sólida, mas por um simples e sábio gesto de confiança e bom senso em relação aos seus líderes (guias) espirituais.

<sup>3</sup> POHL, Adolf. *Comentário Esperança: Evangelho de Marcos*. Trad. Hans Udo Fuchs. Curitiba: Esperança, 1998. 331 p.

<sup>4</sup> Uma vez que a verdadeira teologia é fundamentada em fatos históricos e concretos, é irrelevante nos atermos a certas questões como “e se Jesus tivesse pecado?” ou “e se Adão não tivesse comido do fruto proibido?”. Essas hipóteses não se concretizaram, por isso não vale a pena debatermos esses tipos de questionamentos, que não possuem relevância alguma para o tempo em que vivemos.

<sup>5</sup> **Liderar**, do hebraico מְנַחֵם (nãhã), significa “*guiar alguém pelo caminho direito*”; “*conduzir com cuidado para longe das dificuldades (ser facilitador)*”, cf. Gênesis 24.27; Salmo 6.8; Salmo 23.3. **Liderar**, do grego ὁδηγέω (hodgegéo), significa “*guiar no caminho*”; “*conduzir como fio condutor*”. Literalmente, se refere a guiar o “cego” às fontes da água da vida, isto é, na verdade do Espírito Santo (cf. Mateus 2.6; 15.14). Liderar é a habilidade que alguém possui de reconhecer os dons dos outros, recrutá-los e engajá-los no ministério.